

**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR DR. MIGUEL CANTO**

**PROJETO DE LEI Nº 039 / 2025 de 22 de abril de 2025.**

**EMENTA: INSTITUI O ZONEAMENTO  
PRODUTIVO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE  
ORIXIMINÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O VEREADOR PROFESSOR DR. MIGUEL CANTO, no uso de suas atribuições legais, apresenta o seguinte projeto de lei:

**DO OBJETO**

**Art. 1º** - Fica instituído o Zoneamento Produtivo Sustentável do Município de Oriximiná, com o objetivo de planejar, organizar e orientar o uso das áreas aptas à produção agropecuária, respeitando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais do território.

**Art. 2º** - O Zoneamento Produtivo Sustentável será um instrumento de planejamento e gestão territorial, visando:

- I – A identificação das áreas com potencial produtivo agrícola, pecuário, florestal e aquícola;
- II – O uso racional dos recursos naturais, com atenção à qualidade e composição do solo e disponibilidade hídrica;
- III – A preservação e recuperação ambiental nas áreas produtivas;
- IV – O fortalecimento das atividades agrícolas tradicionais e tecnificadas, como roças de toco e roças mecanizadas;
- V – O estímulo à agricultura familiar, agroecologia e produção sustentável;
- VI – A orientação técnica às famílias produtoras, em parceria com instituições de pesquisa, extensão rural e ensino.

**Art. 3º** - O Zoneamento deverá observar os seguintes critérios:

- I – Características edafoclimáticas (tipo de solo, clima, relevo e disponibilidade de água);
- II – Infraestrutura de acesso e logística;
- III – Respeito às áreas protegidas por lei, como unidades de conservação, reservas extrativistas e terras indígenas;
- IV – Sustentabilidade ambiental e sociocultural;
- V – Segurança alimentar e geração de renda local.

**Art. 4º** - Caberá ao Poder Executivo, no prazo de até 12 (doze) meses após a publicação desta Lei, regulamentar e elaborar o Zoneamento Produtivo Sustentável, com ampla participação social e técnica, podendo firmar parcerias com:

- I – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**

**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR DR. MIGUEL CANTO**

- II – Universidades, institutos de pesquisa e órgãos técnicos (ex.: Embrapa, UFOPA, EMATER);
- III – Associações comunitárias, cooperativas, sindicatos e produtores locais;
- IV – Órgãos estaduais e federais.

**Art. 5º** - O Zoneamento poderá ser revisto a cada 5 (cinco) anos, ou sempre que houver mudanças relevantes nas condições territoriais, climáticas ou socioeconômicas do município.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Oriximiná, 22 de abril de 2025.

  
**Miguel Ângelo de O. Canto**  
Vereador  
Câmara Municipal de Oriximiná

**Professor Dr. Miguel Ângelo de Oliveira Canto**  
Vereador – Câmara Municipal de Oriximiná

Projeto de Lei  
Expediente da Sessão de Hoje  
23 / 04 / 2025  


LIDO NO EXPEDIENTE DA  
Sessão de hoje  
Em, 23 / 04 / 2025  


**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR DR. MIGUEL CANTO**

**JUSTIFICATIVA**

Oriximiná é um dos maiores municípios em extensão territorial do Brasil, com grande parte de sua área composta por reservas ambientais. No entanto, há um vasto território apto ao uso sustentável para a produção de alimentos e geração de renda, especialmente por famílias que já praticam a agricultura tradicional e tecnificada, como as roças de toco e as roças mecanizadas.

Faltam, porém, diretrizes claras e planejamento técnico para orientar essas atividades. Um Zoneamento Produtivo Sustentável permitirá identificar as áreas mais adequadas para produção, considerando a qualidade dos solos, disponibilidade hídrica, acesso e logística, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente e se promove o desenvolvimento local sustentável.

Este projeto encontra amparo legal nas seguintes legislações:

Constituição Federal (1988) – Art. 30, I e II: competência do município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual;

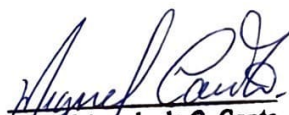
Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) – que trata sobre a proteção da vegetação nativa e permite o uso sustentável de áreas fora das zonas de preservação;

Lei nº 11.326/2006 – que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) – que trata do ordenamento territorial rural com base em zoneamento agrícola.

Este projeto se alinha ao desenvolvimento sustentável, à segurança alimentar e à valorização da cultura agrícola local, promovendo justiça social e eficiência no uso do território.

Leia-se a justificativa  
No expediente da Sessão de Hoje  
Em, 23 / 04 / 2025  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
Miguel Ângelo de O. Canto  
Vereador  
Câmara Municipal de Oriximiná

**Professor Dr. Miguel Ângelo de Oliveira Canto**  
Vereador – Câmara Municipal de Oriximiná

LIDO NO EXPEDIENTE DA  
Sessão de hoje  
Em, 23 / 04 / 2025  
\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO